

CICLO DE POLÍTICAS NO CONTEXTO DA PRÁTICA DAS ESCOLAS DO TERRITÓRIO MÉDIO RIO DE CONTAS PARA ANÁLISE DO USO DO IDEB⁷

Jamine Barros Oliveira Araújo

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

jamine.barros@uesb.edu.br

Guilhermina Elisa Bessa da Costa

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

guilbessa@yahoo.com.br

Rosângela de Sousa Oliveira Barros

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

rosangelaoliverbarros@hotmail.com

Jussara Barros Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

jussara.barros@uesb.edu.br

INTRODUÇÃO

Para analisar as políticas públicas educacionais se faz necessário discutir o “policy cycle approach” ou abordagem do “ciclo de políticas”. Formulada pelo sociólogo inglês Stephen Ball e cols., com o objetivo de analisar e descrever o processo de formulação e implementação de políticas públicas sociais, com destaque à natureza complexa controversa da política educacional, considerando os aspectos micropolíticos e a ação dos atores envolvidos no processo (MAINARDES, 2006, p.48).

Para Bernstein (1998) as teorias estão mais interessadas nas demarcações ideológicas de superfície do texto pedagógico (classe, raça, gênero) e menos interessadas em analisar como foi composto o texto, quais são as regras de sua construção, circulação, contextualização, aquisição e mudança.

Entretanto, é importante pontuar que ao analisar o contexto da prática sugerida no ciclo

⁷ Este trabalho faz parte das atividades do Grupo de Pesquisa: EDUCATIO - Políticas Públicas e Gestão da Educação, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

de políticas de Ball, a teoria do discurso pedagógico de Bernstein dá suporte à subsídios de práticas pedagógicas e seu funcionamento interno, o que remete à forma pela qual a escola reproduz o que determina sua razão de ser: erradicar as vantagens sociais dentro dela e na sociedade (GALLIAN, 2008).

Segundo Ball (1994), a maior parte das políticas é frágil, algo a ser experimentado, que pode ou não funcionar; são aperfeiçoadas e remodeladas, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos, e em última análise, recriadas nos contextos da prática. Vale ressaltar que a partir da evidência, ou seja, da identificação do problema pode-se iniciar o processo de planejamento de uma política, momento crucial para estabelecimento de estratégias assertivas e condizentes com a realidade dos agentes sociais envolvidos no processo.

Mas a quem cabe a sua definição? Cabe aos agentes políticos envolvidos na formulação, a comunidade escolar, os atores que a executam, que geralmente se encontram a ponta do sistema, na porta de entrada, e a comunidade em geral, pois um problema público possui um carácter subjetivo, da visão do outro que está de fora, tendo em vista que a normalização da convivência leva compromete a percepção dos envolvidos no planejamento (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo os contextos que envolvem o ciclo de políticas, destacamos o contexto da prática, tido como microprocesso político, onde a política se reinventa, com novas leituras e interpretações e produz causas e consequências (MAINARDES, 2006), onde as políticas serão interpretadas sob diferentes óticas, em decorrência de diversos interesses, propósitos, valores e concepções de mundo dos autores dos textos políticos, os quais não podem controlar os significados dados a estes textos (BOWE et al., 1992).

Logo, a análise de como se implementa uma política deve considerar os fatores intrínsecos e extrínsecos envolvidos no processo, como as estratégias utilizadas, se estas são verticalizadas ou horizontalizadas e ascendentes, estas últimas participativas, como também o envolvimento ou não dos atores que atuam nas escolas nos processos de decisão, seu comprometimento com a alteração ou não das estruturas de poder e princípios de controle, além da efetivação da democracia, igualdade, justiça social e inclusão (MAINARDES, 2007).

Notadamente, a fase de identificação do problema demonstra ser crucial para traçar um

diagnóstico situacional referente às proposições que posteriormente, após a identificação do problema inicia-se a formulação das agendas, que seriam “um conjunto de questões em que o governo e equipe se concentram num dado momento” (KINGDOM, 2003). Estas podem ser classificadas em agenda política e agenda formal. A primeira refere-se aos problemas considerados relevantes pela comunidade política, enquanto a segunda à agenda de governo, aqueles problemas que foram definidos como alvos de enfrentamento (SOUSA, 2006).

Este contexto caracteriza-se pelas ações ocorridas nas escolas. Nele são realizadas (re)leituras dos textos das políticas, com reinterpretação e produção de novos discursos que perpassam os demais contextos, em uma circularidade contínua. Nesse sentido, a prática deve ser pensada como parte da política, concordando que os sentidos da prática estão representados nas políticas de forma bastante imbricada, evidenciando a constante produção de políticas no contexto da prática, ocorrendo trocas constantes entre propostas e práticas, “os sentidos das propostas perpassam a prática, assim como os sentidos da prática perpassam as propostas” (SANTOS, 2016).

Nesta perspectiva, a escola não deve ser colocada na posição de receptora de políticas idealizadas distantes da sua realidade, com a função apenas de “implementar”, e sim como agente propulsor da política. O cerne da análise de políticas deve incidir sob a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática (SANTOS, 2016).

CONCLUSÃO

Portanto, analisar na prática como os indivíduos responsáveis pela implementação da política nos municípios é considerar o papel de ator nas arenas que envolvem os contextos de formulação destas políticas, o modo como a política é colocada em prática influencia diretamente no modo como se faz educação e como se gera qualidade.

Não obstante, excluir ou minimizar o papel dos atores envolvidos no processo desde o chão da escola aos agentes políticos é desconsiderar o sentido polissêmico e mutável das políticas públicas educacionais, inclusive como esse contexto da prática pode interferir e direcionar o contexto da influência na formulação da política.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos Editora, 2009.

BARBETTA, P, A. **Estatística aplicada às Ciências**. 5. ed. Florianópolis:UFSC, 2002.

BALL, S.J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994a.

BERNSTEIN, Basil. **Poder, educación y conciencia: sociología de la Transmisión Cultural**. Santiago: Cide, 1988.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. In: MADEIRA, L. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. - Porto Alegre: Artmed,2007.

GALLIAN, Cláudia Valentina Assumpção. **A contribuição da teoria de Bernstein para a descrição e análise das questões ligadas à educação**. Educativa, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 239-255, jul./dez. 2008

GREEN, R. O., Conel, J. E. & Roberts, D. A. **Measurement of Atmospheric Water Vapor, Leaf, Liquid Water and Reflectance with AVIRIS in the Boreal Exosystem – Atmosphere Study: Initial Results**, in: Proc. Fifth Annual Airborne GeoScience Workshop, JPL Publ. 95-1, Jet Propulsion Laboratory, Pasadena, CA, Vol. 1, p.87-90. 1995.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3 ed. Nova York, Harper Collins.2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**; tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora: UFMQ, 1999.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M.I. **Abordagem do Ciclo de Políticas**: uma contribuição para análise de políticas. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr. 2006.

MAINARDES, J. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. **Promulgação de políticas na escola**: considerações a partir da teoria da atuação e do ciclo de políticas. *Acta Scientiarum*. Maringá, v. 38, n. 3, p. 271-282, Jul-Set., 2016.

STANTON, N. **Human factors in consumer products**. London: Taylor & Francis, 1998

SOUSA, Sandra Maria Z. L.. OLIVEIRA, Romualdo P. **Sistemas Estaduais de Avaliação**: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v.40, n.141, p. 793-822, set./dez.2006.

TARTUCE, T.J.A. *Métodos de pesquisa*. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.